

# O plano de emergência pode sair

## hoje

O presidente José Sarney tinha conhecimento, desde quarta-feira, dos termos do Plano de Emergência elaborado pelo Congresso para eliminar os riscos de hiperinflação e garantir a realização das eleições presidenciais em clima de tranquilidade. O Palácio do Planalto chegou até a alterar um dos itens mais importantes: o que diz respeito à suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Ontem Sarney recebeu o documento das mãos do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, e poderá anunciar ainda hoje a adesão do Poder Executivo ao plano.

A proposta inicial dos 13 partidos que assinam o documento — estão de fora o PT, PDT, PSB e PC do B — previa a suspensão incondicional dos pagamentos da dívida externa. Mas com a modificação feita pelo presidente Sarney os juros da dívida só deixarão de ser pagos quando esgotadas todas as possibilidades de acordo com os credores. Permanecem, de qualquer forma, as intenções de que esse acordo garanta a redução do principal da dívida e dos juros, com a manutenção das reservas internacionais em nível satisfatório.

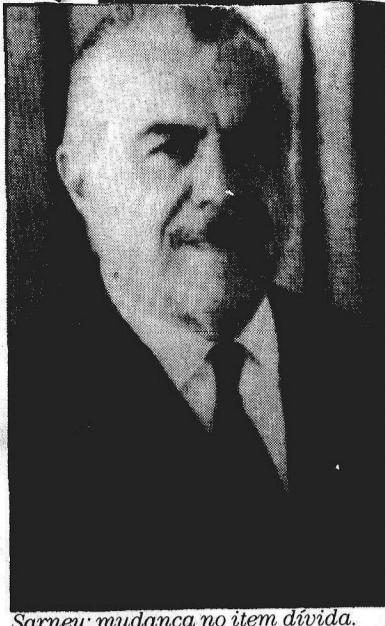
No Palácio do Planalto, o plano do Congresso é visto como um importante respaldo político à administração pública e como uma manifestação clara da co-responsabilidade em caso de fracassar o objetivo de uma transição pacífica para o novo governo. Segundo alguns dos principais auxiliares do presidente Sarney, diversos itens do Plano de Emergência reproduzem iniciativas já tomadas pelo Executivo e impedidas pelos parlamentares — casos de tentativas de privatização e extinção de órgãos públicos.

A privatização e a venda de ações de estatais fazem parte do documento. Para esse segundo ponto, será realizado um levantamento do valor do patrimônio de cada empresa em questão, para que não se vendam ações a preços abaixo do que deveriam ser. Segundo o representante do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), deputado Arnaldo Faria de Sá, todas as medidas são viáveis e podem ser implementadas. "O grupo parlamentar representativo é tão grande que podemos até mudar a Constituição se for preciso", disse ele.

Já um parlamentar e economista que não quis ser identificado disse que medidas como a privatização de estatais, venda de imóveis e automóveis, fim de mordomias e a velha idéia de reduzir o déficit público, bem como o aumento da arrecadação do Estado e a extinção de órgãos públicos, têm um efeito muito mais psicológico do que prático. Segundo esse parlamentar, são medidas de difícil implantação, mesmo porque o governo Sarney está no seu quinto ano e não conseguiu adotá-las.

Os principais pontos do Plano de Emergência são os seguintes: suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, depois de esgotadas todas as possibilidades de acordo com credores internacionais; abertura para importação de bens de capital, com vistas ao desenvolvimento industrial e tecnológico; manutenção do poder de compra dos salários, mesmo se houver aumento da inflação; eliminação das mordomias, com a venda de imóveis e redução das frotas de carros da União; aumentar a receita, ampliando a arrecadação, provavelmente através de um pacote tributário, e diminuir as despesas; diminuir o déficit público; gastar apenas o que arrecadar; evitar expansão da base monetária; extinguir órgãos públicos; privatizar estatais; vender ações de estatais; suspender subsídios e incentivos fiscais; controle único da economia, por um ministro da área econômica indicado pelo Executivo, que se reportará ao Congresso semanalmente; manutenção da indexação da economia e revisão do câmbio sempre que necessário; recuperação das defasagens das tarifas públicas, para evitar falências e desestruturação das estatais; controle dos preços dos monopólios e oligopólios, através do CIP.

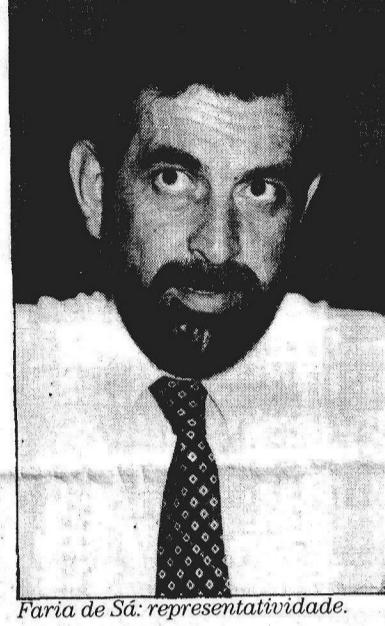
Ficou de fora do texto final o prolongamento do prazo para o pagamento da dívida interna, conhecido como "alongamento do perfil da dívida". Este item foi rechaçado primeiramente pelos empresários, que também levaram suas sugestões tanto ao Congresso quanto ao Planalto.



Sarney: mudança no item dívida.



Nelson Carneiro: anúncio oficial.



Faria de Sá: representatividade.



Albano Franco: crise é grave.